

Relações EUA–Cuba: o fim da hostilidade?

Mathias Luce*

“Estados Unidos virá dialogar conosco quando tenha um presidente negro e exista no mundo um Papa latino-americano.” Esta declaração de Fidel Castro em entrevista ao jornalista inglês Brian Davis, no ano de 1973, tornou-se profética. Quatro décadas depois, EUA e Cuba reatam relações diplomáticas com a intermediação e o beneplácito do Papa Francisco, e Barack Obama é o primeiro presidente estadunidense a visitar a ilha em 88 anos. A frase de Fidel, mesmo que citada à exaustão pela grande imprensa, não poderá se tornar um clichê: as vicissitudes históricas percorridas até o acontecimento em tela não comportam lugares-comuns.

Artífice que atuou nos bastidores favorecendo a reaproximação entre os dois países, o Papa Francisco selou sua mediação com o chamado “fazei a paz, não a guerra”. Guerra é, de fato, uma palavra adequada para exprimir os contornos das relações bilaterais entre EUA e Cuba por mais de meio século. Não simplesmente no sentido convencional, mas incluindo o episódio do perigo do confronto termonuclear de 1962 e, principalmente, a guerra na forma das ações encobertas (invasão da CIA em Playa Girón, explosão do avião da Cubana...) e dos efeitos silenciosos – porém socialmente danosos – do bloqueio econômico (estudo de 2008 estima até aquela data em 82 bilhões de dólares as perdas infligidas pelo bloqueio contra Cuba).

Não é por menos que diferentes analistas referem-se ao significado do encontro dos líderes de ambos os países ocorrido em março como a chance de se virar a última página da Guerra Fria. Mas o que isto significa exatamente para os governos de EUA e Cuba e suas respectivas populações? O que ensejou a visita oficial e a reaproximação entre os contendores que simbolizam matrizes antagônicas de organização da vida em sociedade em nosso continente? Deixará realmente de existir o antagonismo em questão?

Além da mediação do Pontífice (secundada pelas gestões do cardeal cubano Jaime Ortega), três fatores favoreceram o reatamento de relações e o avanço das conversações. O primeiro foi a libertação dos agentes cubanos que estiveram anos no cárcere nos EUA, depois de presos em Miami quando investigavam uma rede de sabotagens contra alvos de Cuba e de tráfico de pessoas operando na esteira da Lei de Ajuste Cubano (regra que concede cédula estadunidense a todo cidadão cubano que se arriscar nas águas do Caribe para chegar ilegalmente aos EUA, utilizada como instrumento de desestabilização do regime). O retorno dos Cinco Heróis, como são conhecidos (ver o livro de Fernando Morais, *Os Últimos Soldados da Guerra Fria*), marcou um novo momento nas conversações bilaterais, após exitosa campanha internacional pela liberdade dos agentes e a devolução, em troca, de um agente secreto dos EUA também capturado na ilha. A visita de Obama deu-se 15 meses depois do anúncio do reestabelecimento de relações diplomáticas, em cujo concurso a troca de prisioneiros jogou um papel importante.

O segundo fator, associado ao primeiro, foi a revisão da política externa dos EUA para Cuba. Como escreveu Agustín Lage Dávila, diretor do Centro de Imunologia Molecular de Havana, a visita oficial representa “o abandono da opção militar e subversiva” e o início de outra abordagem na política estadunidense para Cuba, o que, de alguma maneira, implica o reconhecimento do fracasso das políticas hostis praticadas até então. Isso não significa, porém, que as

relações bilaterais tenham deixado de ser entre poderes assimétricos. Para o cientista, “a estratégia principal [dos EUA] será relacionar-se com o setor não estatal e apoiá-lo”, tentando enfraquecer o caráter coletivista das empresas públicas. Fracassada a estratégia das medidas agressivas mediante o uso do poder coercitivo – aberto ou encoberto –, a aposta dos EUA é mudar a concepção que orienta a sociedade cubana, disseminando em suas fendas as sementes da economia de mercado e seus valores correspondentes. Este ponto remete ao terceiro fator que ensejou os diálogos rumo a uma reaproximação.

Desde as resoluções do VI Congresso do Partido Comunista de Cuba, em 2011, a ilha socialista implantou novas orientações em sua organização econômico-social. Há alguns anos, fui debatedor da conferência que Al Campbell (Universidade de Utah) proferiu na Faculdade de Economia da UFRGS sobre *A economia cubana atual*. Campbell identifica três correntes de pensamento entre os quadros cubanos, no contexto das reformas em curso: os estatistas (favoráveis a diretrizes vigentes até meados dos anos 1980), os pró-mercado (partidários de uma abertura mais acentuada para o investimento externo) e os adeptos de uma solução intermediária. Para estes últimos, Cuba deve orientar-se por uma estratégia de acumulação de forças para preservar as conquistas históricas de sua revolução e resistir no contexto mundial, enquanto não se produzem transformações que mudem mais favoravelmente o quadro da globalização neoliberal.

É esta a posição que tem predominado na condução das reformas. Ao contrário do que sugerem o pensamento dominante, de um lado, e também análises oriundas da ultra-esquerda, de outro, o programa de reformas não é nem expressão da suposta ineficiência da economia cubana (que alcançou grandes proezas sociais para um país com seu histórico e os limites de seu tamanho e recursos internos), nem resultado de uma capitulação para “restaurar o capitalismo”.

Seu sentido é combinar a estratégia do fortalecimento da *economia do conhecimento*, em torno do complexo saúde-biotecnologia-educação-desporto (setores exitosos e que funcionam sob controle coletivo de propriedade social), com a autorização regulada de atividades privadas nos serviços (trabalhadores por conta própria) e a atração seletiva de investimentos externos para formar empresas mistas (setor turístico-hoteleiro e zona exportadora do porto de Mariel), procurando adensar outras cadeias produtivas internas.

Este terceiro fator, portanto (o novo marco econômico), é mais um aspecto do terreno em que Cuba e EUA entabulam negociações e sobre o qual ambos os governos procuram incidir. Raúl Castro espera conseguir a remoção paulatina das imposições do bloqueio. Obama espera criar uma corrente de negócios e de opinião para alentar o *american way of life* na ilha, por meio dos setores que se abrem para a iniciativa privada e do investimento estrangeiro. Trata-se de um jogo sem bola em que cada um atua em seu próprio campo, testando seus jogadores e

táticas, enquanto são disputadas as regras em que será jogado. Essas regras não dependem só de Cuba, mas do que ocorrerá no contexto internacional como um todo.

Os cubanos sabem muito bem o que estão fazendo e confiam na consciência, no talento e na cultura forjados ao longo de décadas de revolução, que educou o povo para escolher seu próprio caminho. Saberão persistir para evitar que seus valores sejam subsumidos à lógica de mercado e às desigualdades que engendra. Conforme escreveu Fidel em seu artigo *Hermano Obama*, Cuba não deixará de se opor ao poder dos EUA e denunciar suas políticas agressivas nas relações internacionais.

A normalização das relações traz elementos contraditórios, especialmente para Cuba. Mas é um caminho para romper o isolamento. Seus conflitos só chegarão a termo com a mudança simultânea em diferentes latitudes, no atual contexto de crise mundial e do modelo civilizacional imperante no planeta. Se a integração dos povos é um elã que move todo humanista consequente, esperamos que ela possa, no médio e no longo prazos, prevalecer frente à égide do capital. Como diz a mensagem de um grafite com a face de James Brown em uma esquina do bairro Havana Velha, existem “esquinas que rimam”. Oxalá sejam a autodeterminação dos povos e sua integração mutuamente soberana as linhas a rimarem na atual esquina de nossa história.

*Docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS

Como diz o grafite com a face de James Brown na imagem ao lado, em uma esquina do bairro Havana Velha, existem “esquinas que rimam”. Que a autodeterminação dos povos e sua integração mutuamente soberana sejam as linhas a rimarem na atual esquina de nossa história



MATHIAS LUCE/AGENCIO PESSOAL